



Educação para surdos: uma proposição epistemológica da diferença

SLOMSKI, Vilma Geni. *Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas*. Curitiba: Juruá, 2010. 124 p.

Pablo Regis Andrade

Mestre em Sociologia (Universidade Federal de Goiás)

Audiovisualista no Projeto Alto da Glória

pregisandrade@uol.com.br

PARA DEMONSTRAR A EDUCAÇÃO DOS SURDOS vista em dimensões socio-histórica, pedagógica e também de direitos humanos, Vilma G. Slomski publica a adaptação de sua dissertação de mestrado, nomeada *Educação bilíngue para surdos*, com intuito de apresentar questões pertinentes à percepção sobre os indivíduos surdos como cidadãos, contextualizando uma reflexão contemporânea sobre alteridade e diferença que se vale da própria formação, atuação na área da Educação Especial, e ainda a investida enquanto pesquisadora na área de Didática e Prática de Ensino.

Quem começa a leitura deste trabalho tem a sensação de que o conhecimento sobre bilinguismo pré-adquirido já é suficiente para deixar o livro de lado, mas engana-se quem pensa deste modo. Para defender o que entende ser uma proposta pedagógica válida e também relatar a problemática de uma visão que não salvaguarda o direito de os surdos olharem e falarem de si, dentro do argumento geral estão abordadas temáticas como a histórica da educação dos surdos no Brasil, as concepções de surdez a partir de dois grandes campos (clínico e sociocultural), o significado de bilinguismo, o contexto brasileiro e as implicações práticas dessa filosofia. O caráter político de uma luta por mudanças no modo de ensinar essas pessoas está presente em sua escrita.

Na defesa em favor de uma educação significativa para esses indivíduos percebe-se a resignificação do eu-surdo para além dos estereótipos socialmente atribuídos. Assim, no primeiro capítulo, há a reconstrução do significado de surdez, com a estruturação da maioria dos conceitos utilizados ao longo de toda obra. Aqui está problematizado o conceito de surdez utilizado por aqueles que a entendem a partir de perspectivas que expressam a ideia de limitação e, em muitos casos, que pode (deve) ser curada, por meio de órtese ou longas terapias de fala. Mas, de fato, o que está no centro dessa concepção é a (re)produção de uma normalização dos indivíduos sustentada por uma biopolítica. Nessa forma de perceber os indivíduos, cujas raízes epistemológicas são moldadas dentro de um significado físico-biológico, a imagem construída para os surdos ficou consagrada não pela distinção que se estabelece entre estes e os outros, mas pelo esforço cotidiano tanto do corpo quanto da mente para que estejam dentro dos padrões de normalidade, que no caso é ser ouvinte. Como se vê, o aspecto macro dessa visão difundiu um sentido negativo da diferença, até mesmo de sua negação.

Contudo, considerando o percentual de surdos e ouvintes, principalmente a condição dos genitores, se ouvintes ou surdos, o

comum para os pais ouvintes é pensar que seu(sua) filho(a) nascerá com capacidades semelhantes para expressar-se na língua oral-auditiva da comunidade. Pensar a criança como membro de uma comunidade linguística minoritária não satisfaz as expectativas paternas, mesmo porque a tendência é a de definir a língua de sinais como uma comunicação pobre de significados e de raciocínio concreto. Todavia, tendo a modalidade gesto-visual se afirmado como uma língua através de pesquisas sobre surdez, língua de sinais e movimentos multiculturais – tudo isso dentro de uma perspectiva sociocultural –, Slomski afirma que houve uma mudança de paradigma no sentido do ser surdo desvencilhar-se pouco a pouco de concepções históricas que o prendiam à visão normativo-patológica em detrimento da diferença e da significância do bilinguismo para esses surdos, sustentando que o fato de ouvir é apenas um aspecto da individualidade, e não um problema.

Em meio a essa discussão surgem reflexões conceituais sobre linguagem, língua, fala e bilinguismo, propriamente dito, rompendo com a concepção de incapacidade atribuída à surdez, dado que é a interação humana que cria significados e compreensões sobre o mundo e não poderia ser definida pelo *feedback* auditivo. Por isso, a imposição de uma língua fora dos padrões que os surdos conseguem perceber como significativos é duramente criticada neste trabalho enquanto opção no ensino. Há sim um esforço em apresentar primeiramente a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como língua natural, e, posteriormente, o aprendizado em português. Ainda que estejam presentes poucos elementos explicativos do conceito de naturalidade, como se a língua não fosse admitida como produto de interações e relações sociais, ao longo do texto aparece diluída uma noção de aprendizado contextualizado, cotidiano e fora de um sistema sistemático de ensino, que nos leva a crer que se trata de um processo e não de teorias inatistas.

No caso de uma criança surda, a LIBRAS vem representar a matriz para o desenvolvimento linguístico, ou seja, considerada como primeira língua, esta lhe permite aprender o português como segunda língua. A autora demonstra, portanto, que a coexistência das línguas oral e de sinais no cotidiano dos surdos, alvo de crítica das reflexões sobre propostas educacionais mais eficazes e eficientes para o ensino dos surdos, aquela acaba configurando um cenário apropriado para o que considera diglossia – a aceitação do uso de uma língua como complementar à outra –, sem que isto cause prejuízo à defesa que vem fazendo da língua de sinais como meio de comunicação dentro do ambiente escolar e metalinguístico.

Já no segundo capítulo é apresentada uma reconstrução histórica da LIBRAS a partir dos estudos de 1980 sobre os aspectos linguísticos desta comunica-

ção, seguindo as tendências mundiais de abordagens bilíngues da década de 1990, a publicação do *Dicionário LIBRAS/PORTUGUÊS* em 2000 e o reconhecimento da LIBRAS como língua oficial através da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Considerando a mudança no modo de perceber essa língua minoritária, a autora recupera o sentido epistemológico da diferença, visando a uma nova linguagem escolar.

O sentido expresso dessa filosofia se consubstancia do visual como meio de percepção e aprendizado mais eficazes na reconstrução do espaço educacional, já que, como faz notória, muitas crianças surdas acabam vivendo um isolamento linguístico em suas famílias e são prejudicadas pela falta de estímulo dentro do sistema linguístico gesto-visual. Desse modo, a imersão dos surdos em língua de sinais e a relação estabelecida com outros surdos se tornam até uma meta dentro dessa reflexão que culmina numa visão bicultural desses indivíduos. Para reforçar o sentido de construção e valorização do eu-surdo dentro dessa nova abordagem epistemológica, cita-se a importância da família no processo de endoculturação, pois, a partir dela, começa-se a pensar grandes questões como a sociedade que queremos e o respeito à alteridade.

A essa altura da discussão, faz-se conhecer algumas propostas pedagógicas em diferentes países que buscaram atender à ideologia da diferença, dentre eles Suécia e Dinamarca (exemplos de implementações políticas bem-sucedidas), Uruguai e Venezuela (mesmo com resultados positivos, não deram continuidades aos programas), e França e Brasil (embora os alunos tenham apresentado bom aproveitamento, o investimento se mostrou/mostra muito insipiente). Nesse estudo comparativo, o uso da língua de sinais, como modelo de educação regular para surdos, vem demonstrar que os alunos submetidos a esse tipo de pedagogia conseguiram desenvolver com maior qualidade seu nível teórico de conhecimento.

No contexto dessa aposta em uma educação bilíngue, que tem como base a compreensão da diferença dos surdos a partir da prática social, o último capítulo traz questões próprias de um agir político, que pensa a escola como um lugar de mudanças, ainda que a curto prazo não se consiga estabelecer uma estrutura sólida de ensino multicultural, pois ainda existem experiências e pesquisas longitudinais e contextualizadas significativas em desenvolvimento. Ou seja, a reflexão que mostra o bilinguismo como eficaz na educação dos surdos ainda depende de superarmos alguns entraves, começando pela aceitação da diferença e terminando, se possível, no uso das línguas em seu sentido de identidade e de cidadania.

Com um desafio extenso e complexo em suas ressignificações, este livro cumpre com sua função de instrumentalizar defesas de uma educação bilíngue

para os surdos, levando em conta o processo de socialização e o sentido de tornar acessível esse tipo de pedagogia, o que representa antes de tudo o reconhecimento da diferença. Assim, por conseguir subsidiar minimamente questões sobre especificidades e singularidades que podem ser validadas como ações políticas, adotamos a posição teórica e recomendamos a obra de Slomski.